



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

TERMO DE CONTRATO 083/2018

**TERMO DE CONTRATO Nº 083/2018, QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO E A EMPRESA
COMERCIAL SUL DE AUTOMOVEIS LTDA**

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.570/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961351-ES, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **COMERCIAL SUL DE AUTOMOVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.284.786/0001-28, situada na Avenida Jones dos Santos Neves, 3.165, Lojas Bairro Muquiçaba, Guarapari, ES, Cep. 29215-002. neste ato representado pelo senhor **MARCIO SANT'ANNA PARENTE**, brasileiro, casado, consultor de vendas, portador do CPF nº.027.531.507-02 e RG 1.038.713-SSP/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, nos termos do procedimento licitatório do PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000027/2017 e Ata de Registro de Preços 043/2017, da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA e Processo nº 1.931/2018, nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 2.247/13, da Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE- PATRULHA MECANIZADA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste contrato.

Características	Quant	Valor Unit.	Valor total
CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE Equipamento novo, 0 KM, ano/modelo atual com turbo intercooler; cor branca, cabine avançada em	01	239.600,00	239.600,00



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

<p>aço; motor diesel com 6 (seis) cilindros em linha; com gerenciamento eletrônico; com potência de 230cv; câmbio manual por alavanca no assoalho com 6 (seis) marchas a frente sincronizadas e 1 a ré; dois eixos traseiros; com redução e acionamento eletro pneumático; freio a ar; tambor nas rodas dianteiras e traseiras; direção hidráulica; ar condicionado de fábrica; pneus radiais sem câmara em um total de 10 (dez) pneus e um pneu sobressalente na mesma rodagem; tanque de combustível de plástico com capacidade de 275 litros; PBT homologada de 23.000 KG; com caçamba (união) basculante nova padrão para 10M³ em chapa de aço; com tampa traseira padrão do mesmo material com abertura horizontal e travamento automático, longarinas do chassi em formato de "U" em aço de alta resistência, caixa de carga com cantos arredondados, sistema de ação indireta com cilindro hidráulico, bomba hidráulica, mangueiras, conexões, cardam, juntas universas, reservatório de óleo, iluminação conforme normas da Contran, ângulo de basculamento de no mínimo 45°, acionamento do sistema hidráulico com comandas no interior da cabine, suporte de estepe, protetor de cabine, ajustador automático de freio, tacógrafo eletrônico, protetor de cárter. O veículo deve ser entregue emplacado, com tanque cheio e tapetes.</p> <p>Marca: FORD Modelo:2423</p>			
---	--	--	--

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 239.600,00 (duzentos e trinta e nove mil e seiscentos reais)** de acordo com os preços consignados na e Ata de Registro de Preços 043/2017, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3- As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

18001 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

192 - Ficha;

3502 - Fonte de Recurso;

44905200000 - Elemento de Despesa.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

CLAUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA GARANTIA

3.1 - O prazo de vigência deste Contrato será da data de sua assinatura em **17 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018**.

3.2- O produto objeto deste contrato deverá ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega do mesmo.

CLAUSULA QUARTA- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - Ficam estabelecidos os critérios mínimos de recebimento do veículo:

4.2- A Entrega do veículo deverá ser em no máximo em 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.3 - Recebimento definitivo - se dará no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento provisório, com teste no veículo a fim de verificar se está funcionando corretamente.

4.4 - A empresa vencedora deverá apresentar toda a documentação de habilitação exigido

4.5 - Assistência técnica para treinamento de profissionais e manutenção.

4.6 - A Contratada deverá comunicar a PMCC com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis a data e horário de entrega.

5 - CLAUSULA QUINTA- DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO

Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses:

A- Alteração da política econômica do país, que resulte reflexos nos preços ajustados;

B- Em decorrência de eventual aumento ou redução dos preços praticados no mercado;

C- Por força de situações imprevisíveis que produzam reflexos nos preços de mercado;

D- Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovadas a inviabilidade de praticar os preços ofertados, desde que devidamente aceitos pela administração.

5.2- A revisão que se trata este item deverá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise dos elementos que sustentem a necessidade de revisão.

5. 3- Quando os preços contratados por motivo superveniente, tornar-se superior aos praticado no mercado, caberá a administração:

a) Convocar o Contratado visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

praticado no mercado;

B- Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

C - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

5.4- Os fatos decorrentes de situações imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar aos preços ofertados, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.

5.5- A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre as partes.

CLAUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de documento fiscal hábil na Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, sem emendas ou rasuras, após a execução dos objetos deste Edital e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no artigo 73, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como, comprovantes do recolhimento dos encargos, através da apresentação das Certidões Negativas de Débitos do FGTS, INSS, RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, TRABALHISTA, ESTADUAL E MUNICIPAL. Os documentos fiscais hábeis, depois de conferidos, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 10 (dez) dias, após a respectiva apresentação.

5.2 - O documento fiscal hábil (nota fiscal ou equivalente) deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado no ato do credenciamento.

5.2.1 - Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (is), o (s) mesmo (s) será (ão) devolvido (s) à Contratada para correção, ficando estabelecimento que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

5.3 - A Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

5.4 - O pagamento das faturas somente será feito em cobrança simples, sendo expressamente vedada à Contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

5.5 - Para a efetivação do pagamento o contratado deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.2.1 - Transportar, por sua conta e risco, o veículo, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte.
- 9.2.3 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento e da assistência técnica dos equipamentos, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição e outras porventura venham a ser criadas e exigidas pelo governo.
- 9.2.4 - Responder por quaisquer danos causados diretamente ao equipamento quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega ou a prestação da assistência Técnica do produto.
- 9.2.5 - Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso as dependências da CONTRATANTE.
- 9.2.6 - Adesivar o veículo com (logomarca da prefeitura com o nome da secretaria) modelo disponibilizado pela prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES.
- 9.2.7 - Os processos de licenciamento e emplacamento correrão por conta da contratada.
- 9.2.8 - A Contratada deverá oferecer Assistência Técnica autorizada pelo fabricante no Estado



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

do Espírito Santo.

9.2.9 - A Contratada deverá oferecer garantia mínima de 2.000 (duas mil) horas, incluindo todas as revisões previstas no manual de garantia do veículo, incluindo peças necessárias para as revisões e o deslocamento caso necessário.

8 - CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

8.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a Contratada que:

10.1.1 - Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

decorrência da contratação;

10.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 - fraudar na execução do contrato;

10.1.4 - comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5 - cometer fraude fiscal;

10.1.6 - não mantiver a proposta;

10.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2 - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3 - multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.2.6 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

10.3.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2 - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

10.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

10.6 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

10.7 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da empresa, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.8 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Faz parte do presente Contrato, integrando-se de forma plena, independentemente de transcrição:

11.1.1 - ANEXO I - Ato de Designação de Fiscal do Contrato.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Conceição do Castelo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Conceição do Castelo, ES, 17 de julho de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Responsável legal da CONTRATANTE

COMERCIAL SUL DE AUTOMOVEIS LTDA
ARCIO SANT'ANNA PARENTE
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Ato de Designação – Fiscal de Contratos

DADOS DO CONTRATO

PROCESSO Nº	1.931	DATA	2018	CONTRATO Nº	083/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO	R\$ 239.600,00	VIGÊNCIA	17 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.		
CONTRATADO	COMERCIAL SUL DE AUTOMOVEIS LTDA				
OBJETO	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK COM CAÇAMBA BASCULANTE-PATRULHA MECANIZADA				

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar o servidor **ANTONIO CARLOS SOARES DA SILVA**, Matrícula nº 038227, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura; fiscal do contrato nº **083/2018**, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376/2014, devendo ainda:

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

IV - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.

V - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

VI - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.

VII - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.

VIII - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.

IX - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.

X - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.

XI - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).

XII - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.

XIII - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

XIV - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial,



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.

XV - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.

XVI - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.

XVII - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.

XVIII - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.

XIX - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376/2014**), de acordo com os percentuais determinados.

XX - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376/2014**).

XXI - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

XXII – Preencher o "Formulário de Solicitação de Pagamento" (**Anexo H do Decreto nº 2.376/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o "Formulário Checklist" (**Anexo I do Decreto nº 2.376/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.

Conceição do Castelo, ES, 17 de julho de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO

Ordenador de Despesas

CIÊNCIA DO (A) SERVIDOR (A) DESIGNADO (A)

Eu **ANTÔNIO CARLOS SOARES DA SILVA**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Fiscal